

Diário do Legislativo de 21/09/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 71ª reunião ordinária, em 21/9/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão Especial sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Professora Lúcia Helena Gonçalves Teixeira para integrar o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Parecer da Comissão Especial sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Gouvea Teixeira para a Presidência da Fundação TV-Minas - Cultural e Educativa. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Requerimento nº 389/99, do Deputado Mauro Lobo, em que solicita à Secretaria do Trabalho o envio a esta Casa do relatório sobre os atendimentos prestados no exercício de 1999 às crianças e adolescentes portadores de deficiência ou necessidades especiais, na faixa etária de 0 a 21 anos, cuja renda familiar não ultrapasse 5 salários mínimos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 397/99, da Comissão de Saúde, em que pede informações ao Secretário da Saúde sobre os critérios utilizados para liberação de verbas a hospitais privados, em particular as destinadas ao Instituto Maria da Glória Ferreira Varela, da Fundação Cristiano Varela. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 401/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita informações ao Presidente da AÇOMINAS sobre a atuação operacional dessa empresa em Ouro Branco, Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto, de forma que se possa avaliar o impacto da determinação do rateio do ICMS entre esses municípios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 402/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que pede informações ao Diretor-Geral do DETRAN-MG sobre os impactos financeiros dos Projetos de Lei nºs 88/99, que institui parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no âmbito do Estado, e 162/99, que dispõe sobre parcelamento de débitos relativos ao IPVA. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 430/99, da Comissão Especial do Cólera no Jequitinhonha, em que solicita ao Chefe Distrital da COPASA-MG o envio à Assembléia do relatório detalhado das atividades realizadas por aquele órgão no combate ao cólera, constando também sugestões aos Governos Municipal, Estadual e Federal para resolução definitiva do problema. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 399/99, do Governador do Estado, o qual dispõe sobre a organização da Governadoria, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, sobre a criação da Secretaria de Estado do Turismo, sobre a extinção da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, cria unidades administrativas na Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira solicitou o prazo regimental para emitir parecer sobre o Projeto e as Emendas nºs 2 a 5, recebidas antecipadamente.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.125, que estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2000. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 181/99, do Tribunal de Justiça, o qual dispõe sobre a Justiça de Paz. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opinou pela aprovação do Substitutivo nº 1, que apresenta; pela rejeição da Emenda nº 1, ficando prejudicadas as Emendas nº 2 a 13.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 433/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, o qual aprova as contas do Governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 1997. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 405/99, do Deputado Paulo Piau, o qual institui a Comenda da Paz Chico Xavier. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com as Emendas nº 1 a 4, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 510/99, do Deputado César de Mesquita, o qual cria a Medalha Calmon Barreto. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, o qual institui normas para o atendimento pelo SUS, nos casos que menciona, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação na forma da Subemenda nº 1, que apresenta à Emenda nº 1 da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 169/99, da Deputada Elaine Matozinhos, o qual estabelece normas para fornecimento, no âmbito do SUS, de contraceptivos de emergência na rede estadual de saúde, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 189/99, do Deputado Paulo Piau, o qual altera a Lei nº 12.735, de 30/12/77, que dispõe sobre o IPVA e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 197/99, do Deputado Alberto Bejani, o qual concede pensão especial aos dependentes do ex-cabo PM Valério dos Santos Oliveira. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com a Emenda nº1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 209/99, do Deputado Álvaro Antônio, o qual reconhece como estância hidromineral a localidade de Bom Jardim - Fazenda Esperança, no Município de Mário Campos. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. As Comissões de Turismo e de Administração Pública opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 357/99, do Deputado Chico Rafael, o qual torna obrigatória a inclusão do estudo referente à dependência química em disciplinas constantes do currículo escolar de 1º e 2º graus elaborado pela Secretaria da Educação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA
21/9/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 14/99, da Deputada Maria José Hauelsen; 76/99, do Deputado Wanderley Ávila.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 15/99, da Deputada Maria José Hauelsen; 52/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 172/99, do Governador do Estado; 185/99, do Deputado Ermano Batista; 202/99, da Deputada Maria Olívia; 207/99, do Deputado Mauro Lobo; 227/99, do Deputado Durval Ângelo; 257/99, do Deputado Eduardo Hermeto; 262/99, do Deputado Márcio Cunha (parecer sobre Emenda apresentada em Plenário); 303/99, da Deputada Maria Olívia; 331/99, do Deputado Chico Rafael; 332/99, do Deputado Dimas

Rodrigues; 350/99, do Deputado Durval Ângelo; 396/99, da Deputada Maria José Haueisen; 455/99, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 625/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 22/9/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 488/99, do Deputado César de Mesquita.

Requerimentos nºs 661, 662e 668/99, da Comissão de Direitos Humanos; 676/99, da Bancada do PT; 678 e 679/99, do Deputado João Leite.

Finalidade: ouvir esclarecimentos dos policiais Francisco Sampaio Lopes e Cabo Marcelo e do Sr. Emerson José Goulart sobre denúncia de abuso de autoridade, uso de violência e prisão ilegal, de que foram vítimas os Srs. Maurício Lopes de Almeida e Maria Conceição de Oliveira, e apreciar a matéria constante na pauta.

Convidados: Srs. José Roberto Rezende, Ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais; Margarida Maria de Fátima, Delegada de Polícia de Prudente de Morais; Cabo Marcelo Vieira de Souza; Francisco Sampaio Lopes Júnior; Emerson José Goulart; Antônio de Souza Batalha; Maurício Lopes de Almeida e Maria da Conceição Oliveira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 22/9/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de avaliação sobre a área tampão da febre aftosa no Estado, com a presença dos seguintes convidados: Secretário de Agricultura, Diretor-Geral do IMA e Presidentes da FAEMG, dos Sindicatos Rurais de Joáima, Almenara, Curvelo, Montes Claros, Governador Valadares, Nanuque e Teófilo Otóni, das Associações Mineiras de Criadores de Zebu e Nelore, da Cooperativa de Agropecuária de Curvelo e da Sociedade Mineira de Agropecuária - SMA.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 22/9/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 154 e 448/99, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 90/99, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 677/99, do Deputado Dimas Rodrigues; 689/99, do Deputado Arlen Santiago.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 22/9/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos n.ºs 597 e 631/99, da Comissão de Defesa do Consumidor, e 634/99, do Deputado Arlen Santiago.

Finalidade: debater a situação em que se encontra a Polícia Florestal, sem equipamentos e condições de exercer suas atividades.

Convidados: Sr. Tilden José Santiago, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Cel. José Antoninho de Oliveira, Chefe do Estado Maior da PMMG; Ten. Cel. Gilberto Nunes de Paiva, Secretário Executivo do Grupo Coordenador de Fiscalização Ambiental da SEMAD - GEFAL; Srs. José Cláudio Junqueira Ribeiro, Presidente da FEAM; Evandro Xavier Gomes, Diretor-Geral do IEF; Dirceu Cardoso, do Clube dos Pescadores; Major Aryone Juarez de Almeida Júnior, Comandante da Polícia Florestal; Ilmar Bastos, Superintendente Executivo da Fundação Biodiversitas; João Bosco Senra, Diretor-Geral do IEF; Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da AMDA; João Daniel Fernandes Iglesias, Diretor de Comunicação do Caiçara Clube de Pesca; Onofre Miranda, editor da coluna de pesca do "Estado de Minas", e Cel. José Maria Gomes, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 22/9/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos n.ºs 633 e 636/99, do Deputado Arlen Santiago; 663/99, da Comissão de Defesa do Consumidor; 674/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 680 e 681/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 684 e 685/99, da Deputada Elaine Matozinhos; 686/99, do Deputado Marco Régis; e 688/99, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da CPI da Carteira de Habilitação, a realizar-se às 10 horas do dia 24/9/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Gonçalo Francisco Faria, Lucimara Inajá da Silva, Alcino Silvério dos Santos, Antônio Reginaldo Barroso, Terezinha Goes e Wilson Mauro de Paiva Simões, Coordenador do CIRETRAN de Pouso Alegre; todos do Município de Pouso Alegre, e os Srs. Áureo Enock Ferreira, Izabel Jesus de Souza e Maria de Lourdes Silva, do Município de Astolfo Dutra.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, c/c o art. 40, "caput", do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 10 horas do dia 21/9/99, a qual passará a ser secreta, destinada a ouvir o Comandante-Geral e o Chefe do Estado Maior da PMMG.

Palácio da Inconfidência, 20 de setembro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião Especial da Assembléia para as 20 horas do dia 21/9/99, em homenagem aos 25 anos da EPAMIG.

Palácio da Inconfidência, 20 de setembro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 23/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alencar da Silveira Júnior, Amílcar Martins, Eduardo Hermeto e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/9/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e se designar o relator.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 1999.

Maria Tereza Lara, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/9/99, às 15 horas, no Plenarinho IV desta Casa, com a finalidade de se debater o Projeto de Lei nº 346/99, do Deputado Amílcar Martins, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados, com os seguintes convidados: Deputado Tilden José Santiago, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Secretário de Estado da Cultura; Jarbas Soares Júnior, Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural; Rômulo de Carvalho Ferraz, Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público; Evandro Xavier Gomes, Diretor-Geral do IEF; Flávio de Lemos Carsalade, Presidente do IEPHA; João Bosco Senra, Diretor-Geral do IGAM; José Cláudio Junqueira Ribeiro, Presidente da FEAM; Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo, Presidente da Fundação Biodiversitas; Ilma Arrudas de Araújo Abreu, Presidente da Associação de Defesa dos Usuários, Consumidores e Contribuintes de Minas Gerais; Diane Rocha Dutra, Presidente da Associação Ambientalista Serra do Curral; Maria Dalce Ricas, Superintendente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 12/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sargento Rodrigues, Dalmo Ribeiro Silva, Antônio Andrade e Arlen Santiago, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/9/99, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 1999.

Márcio Kangussu, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Saúde e de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados César de Mesquita, Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta e Cristiano Canêdo, membros da Comissão de Saúde; João Leite, Glycon Terra Pinto, Irani Barbosa, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da Comissão de Direitos Humanos, para a reunião a ser realizada em 23/9/99, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir o Projeto de Lei nº 224/99, do Deputado Rogério Correia.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 1999.

Edson Rezende, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, Bilac Pinto, Dimis Pinheiro e Wanderley Ávila, membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Miguel Martini, Olinto Godinho, Rogério Correia e Rêmol Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 23/9/99, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debaterem questões referentes ao anel rodoviário de Belo Horizonte com os Srs. Genésio Bernardino, Diretor-Geral do DNER; José Elcio Santos Monteze, Chefe do 6º Distrito Rodoviário Federal do DNER; Antônio Erdes Bortoletti, Diretor-Geral do DER-MG; Marco Antônio de Rezende Teixeira, Procurador-Geral da Prefeitura de Belo Horizonte, e Murilo Valadares, Superintendente da SUDECAP.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 1999 .

Álvaro Antônio, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 421/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Fundação Conscienciarte, com sede no Município de Paracatu.

Inicialmente, foi a proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que a examinou sob os aspectos jurídico, constitucional e legal.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 103, I, "a", c/c o art. 102, XIV, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Fundação Conscienciarte de Paracatu é uma sociedade filantrópica sem fins lucrativos que tem por objetivo promover o desenvolvimento do nível de consciência e a qualidade de vida da comunidade em que se situa, buscando a conquista da cidadania plena.

Demonstrada a relevância social do trabalho empreendido pela entidade, afigura-se-nos justo e oportuno outorgar-lhe o título declaratório de utilidade pública estadual.

Conclusão

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 421/99 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 1999.

Cristiano Canêdo, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 463/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De iniciativa do Deputado Fábio Avelar, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Taquaraçu de Baixo, com sede no Município de Santa Luzia.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade tem o objetivo precípuo de congregar órgãos e pessoas interessadas em melhorar as condições sócio-econômicas dos moradores do Bairro Taquaraçu de Baixo. Por tal razão, protege a saúde da família, dando apoio a gestantes, a crianças e a idosos e promovendo campanhas filantrópicas e cursos de capacitação profissional. Além disso, são objetivos da Associação a criação, a implantação e a administração de um sistema de integração de emissora de radiodifusão e TV e outros meios de comunicação comunitários, buscando o aperfeiçoamento qualitativo da produção jornalística e cultural.

De acordo com o exposto, julgamos oportuno que a entidade seja declarada de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões aludidas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 463/99 na forma proposta.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 1999.

Cristiano Canêdo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 488/99

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado César de Mesquita, visa declarar de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC -, com sede no Município de Uberlândia.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e lhe ofereceu a Emenda nº 1.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida Associação, fundada em 30/11/79, tem por objetivo básico a readaptação de ex-presidiários na sociedade. Para alcançá-lo, presta-lhes assistência moral e espiritual, além de oferecer educação profissional e serviços médicos e odontológicos. Promove, assim, o seu bem-estar e o de suas famílias, sua integridade e sua dignidade.

É oportuno, pois, que se outorgue à entidade o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 488/99 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 1999.

Glycon Terra Pinto, relator.

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Ailton Vilela, o projeto de lei em epígrafe tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Cambuquira, com sede nesse município.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 20/8/99 e, a seguir, encaminhada a esta Comissão, à qual compete examiná-la nos termos do art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Pelo exame da documentação que compõe o processo, verifica-se que a entidade de que trata a proposição em tela é uma sociedade civil sem fins lucrativos, encontra-se em funcionamento há mais de dois anos, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções.

De acordo com o art. 1º da Lei nº 12.972, de 27/7/98, que regula a matéria, verifica-se que a entidade citada está apta a receber o título declaratório de utilidade pública.

Cumpre-nos, no entanto, apresentar emenda ao projeto, na conclusão deste parecer.

Conclusão

Em face do aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 508/99 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Cambuquira, com sede no Município de Cambuquira."

Sala das Comissões, 16 de setembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente e relator - Agostinho Silveira - César de Mesquita - Eduardo Daladier - Paulo Piau.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 361/99

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Governador do Estado, a proposição em análise, encaminhada a esta Casa por meio da Mensagem nº 64/99, tem por objetivo revogar dispositivos da Lei nº 12.237, de 5/7/96, que estabelece providências a respeito da organização e do funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 3/6/99 e tendo recebido da Comissão de Constituição e Justiça parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, vem o projeto agora a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos regimentais.

Fundamentação

A proposição visa a revogar o inciso VIII do art. 1º da Lei nº 12.127, de 1996, a qual altera dispositivos da Lei nº 10.628, de 1992, que estabelece a organização e o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.

Constitucionalmente previsto pelo art. 231 da Carta mineira, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é órgão deliberativo e consultivo diretamente subordinado ao Governador do Estado e, nos termos da legislação referida, tem por finalidade propor o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado e coordenar a política de desenvolvimento econômico e social do Estado.

O dispositivo que se pretende revogar trata da participação do Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. - BEMGE - na composição do referido Conselho.

Como se sabe, o BEMGE foi privatizado e incorporado por outra instituição financeira privada, por ocasião da alienação das ações de propriedade do Estado, por meio de leilão público realizado em setembro de 1998.

A proposição é embasada no princípio da impessoalidade da administração pública, consagrado no art. 37 da Constituição Federal e no art. 13 da Carta mineira, segundo o qual a administração deve pautar-se pela vigilância do interesse público. Como tal instituição bancária atualmente representa interesses privados, não há respaldo jurídico para a sua atuação em conselho de tal importância.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 361/99.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Doutor Viana, relator - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Sargento Rodrigues - Sebastião Navarro Vieira - Chico Rafael.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado José Milton de Carvalho Rocha, matrícula 9665-2, no período de 8/9/99 a 17/9/99.

Mesa da Assembléia, 20 de setembro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 59/99 - Objeto: aquisição de 1 "patch" para conexão de vídeo para sistema de TV (padrão "broadcasting"). Licitantes habilitadas: Ponto de Apoio Técnico Eletrônico Ltda. e Dinâmica Eletrônica Ltda.

TERMO DE ADITAMENTO

Convenientes: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Procuradoria-Geral do Estado de Minas Gerais e Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE. Objeto: intercâmbio de técnicas e cessão de dados entre as partes para manutenção de uma base de dados de legislação mineira, na forma de ajustes específicos. Objeto deste aditamento: prorrogação do prazo. Vigência: 1 ano a partir da assinatura.